

A ECONOMIA DAS TROCAS LINGÜÍSTICAS¹

Pierre Bourdieu

"Talvez por hábito profissional, talvez em virtude da calma que adquire todo homem importante a quem se solicita conselho e que, sabendo que manterá em suas mãos o domínio da conversa, deixa o interlocutor agitar-se, esforçar-se, sofrer à vontade, talvez também para fazer valer o caráter de sua cabeça (grego segundo ele, apesar dos grandes favoritos), M. de Norpois, enquanto alguém lhe expunha alguma coisa, guardava uma imobilidade no rosto tão absoluta como se estivéssemos falando diante de algum busto antigo – e surdo – em uma gliptoteca."

PROUST, M. *À la recherche du temps perdu*.

Podemos nos perguntar por que um sociólogo se imiscui, hoje, na linguagem e na lingüística. Na verdade, o sociólogo não pode escapar a todas as forças mais ou menos larvares de dominação que a lingüística e seus conceitos exercem ainda hoje sobre as ciências sociais se não tomar a lingüística como objeto numa espécie de genealogia, ao mesmo tempo interna e externa, visando antes de tudo trazer à luz, conjuntamente, os pressupostos teóricos das operações de construção de objeto através dos quais esta ciência se fundou e as condições sociais de produção e, sobretudo, talvez da circulação de seus conceitos fundamentais. Quais são os efeitos *sociológicos* que os conceitos de língua e palavra, ou de competência e *performance* produzem quando se aplicam ao terreno do discurso ou, *a fortiori*, fora desse terreno; qual é a teoria sociológica das relações sociais que está implícita na aplicação prática desses conceitos? É preciso fazer toda uma análise sociológica² das razões pelas quais a filosofia *intellectualista*, que faz da

¹ Reproduzido de BOURDIEU, P. L'économie des échanges linguistiques. *Langue Française*, 34, maio 1977. Traduzido por Paula Montero.

² Esta análise se encontra esboçada em Bakhtin-Volochinov, através da crítica do filologismo como deformação profissional que leva os filólogos, pela sua formação e experiência com a língua, a aceitar uma definição implícita de seu objeto.

linguagem mais um objeto de *intelecção* do que um *instrumento de ação* (ou de poder), foi tão facilmente aceita pelos etnólogos e semiólogos: o que era preciso conceder à lingüística para poder realizar essas espécies de transcrições mecânicas de seus cânones? Genealogia social (como estudo das condições sociais de possibilidade) e genealogia intelectual (como estudo das condições lógicas de possibilidade) se confundem: se as transferências foram tão fáceis, é porque se concedeu à lingüística o essencial, a saber, que a língua é feita para comunicar, portanto, para ser compreendida, decifrada, que o universo social é um sistema de *trocas simbólicas*³ e a ação social um ato de comunicação. O filologismo, forma específica do intelectualismo e do objetivismo que povoa as ciências sociais, é a teoria do discurso que se impõe às pessoas que nada têm a ver com a língua, a não ser estudá-la.

Para sermos breves, podemos dizer que a crítica sociológica submete os conceitos lingüísticos a um tríplice deslocamento, substituindo: a noção de *gramaticalidade* pela de *aceitabilidade* ou, se quisermos, a noção de língua pela noção de língua legítima; as *relações de comunicação* (ou de interação simbólica) pelas *relações de força simbólica* e, ao mesmo tempo, a questão do *sentido* do discurso pela questão do *valor* e do poder do discurso; enfim e correlativamente, a competência propriamente lingüística pelo *capital simbólico*, inseparável da posição de locutor na estrutura social.

A competência ampliada

Passar da competência para o capital lingüístico é recusar a *abstração* inerente ao conceito de competência, isto é, a autonomização da capacidade de produção propriamente lingüística. A lingüística compreende implicitamente, por competência, a competência propriamente lingüística, isto é, a capacidade de engendramento infinito de discurso gramaticalmente conforme. Na verdade, essa competência não pode ser autonomizada – nem de fato ou de direito, nem genética ou estruturalmente, nem nas suas condições sociais de constituição ou de funcionamento com relação a uma outra competência: a

³ Ver, nos EUA, o interacionismo simbólico e a etnometodologia, produto do cruzamento da antropologia cultural e da fenomenologia.

capacidade de produzir frases cientemente adequadas.⁴ A linguagem é uma *praxis*: ela é feita para ser falada, isto é, utilizada nas estratégias que recebem todas as funções práticas possíveis e não simplesmente as funções de comunicação. Ela é feita para ser falada adequadamente. A competência chomskyana é uma *abstração* que não inclui a competência que permite usar adequadamente a competência (quando é preciso falar, calar, falar essa linguagem ou aquela etc.). O que constitui problema não é a possibilidade de produzir uma infinidade de frases gramaticalmente coerentes, mas a possibilidade de utilizar, de maneira coerente e adaptada, uma infinidade de frases num número infinito de situações. O domínio prático da gramática não é nada sem o domínio das condições de utilização adequada das possibilidades infinitas, oferecidas pela gramática. E o problema do *kairós*, do adequado e do momento apropriado, que colocavam os sofistas. Mas é, ainda, por meio de uma abstração que se pode distinguir competência de situação, portanto, entre competência e competência da situação. A competência prática é adquirida *em situação*, na prática: o que é adquirido é, inseparavelmente, o domínio prático da linguagem e o domínio prático das situações, que permitem produzir o discurso adequado numa situação determinada.⁵ A intenção expressiva, a maneira de realizá-la e as condições de sua realização são indissociáveis. Daí, entre outras consequências, o fato de que os diferentes sentidos das palavras não são percebidos enquanto tais: somente a consciência científica que rompe a relação orgânica entre a competência e o campo toma evidente a pluralidade de sentidos que não podem ser apreendidos na prática porque sua produção está sempre submersa no campo da recepção.

As relações de produção lingüísticas

Não há manifestação mais visível do filologismo do que o primado que a lingüística atribui à competência com relação ao mercado: uma teoria da

⁴ Ver as dificuldades dos lingüistas com a passagem da sintaxe à semântica e à pragmática.

⁵ É nesse sentido que o domínio prático se distingue da competência erudita (ou escolar) que, tendo sido adquirida nas situações irreais do aprendizado escolar – onde a linguagem é tratada como letra morta, como simples objeto de análise – isto é fora de toda situação prática, encontra o problema do *kairós* quando, como é o caso para os sofistas e seus alunos, deve ser posta em prática em situações reais.

produção lingüística que se reduz a uma teoria do aparelho de produção coloca entre parênteses o mercado no qual são oferecidos os produtos da competência lingüística. Uma ciência rigorosa da linguagem substitui a questão saussuriana das condições de possibilidade da inteligência (isto é, a língua) pela questão das condições sociais de possibilidade da produção e da circulação lingüísticas. O discurso deve sempre suas características mais importantes às *relações de produção lingüísticas* nas quais ele é produzido. O signo não tem existência (salvo abstrata, nos dicionários) fora de um modo de produção lingüístico concreto. Todas as transações lingüísticas particulares dependem da estrutura do campo lingüístico, ele próprio expressão particular da estrutura das relações de força entre os grupos que possuem as competências correspondentes (ex.: língua "polida" e língua "vulgar" ou, numa situação multilingüística, língua dominante e língua dominada).

Compreender não é reconhecer um sentido invariante, mas apreender a singularidade de uma forma que só existe num contexto particular. Produto da neutralização das relações sociais práticas nas quais ela funciona, a palavra – em todo caso, a do dicionário – não tem nenhuma existência social: na prática, ela só existe submersa nas situações, a tal ponto que a identidade da forma através da variação das situações pode passar despercebida. Como observa Vendryès, se as palavras recebessem sempre todos os seus sentidos ao mesmo tempo, o discurso seria um contínuo jogo de palavras; mas, se (como no caso do verbo francês *louer*, que significa, ao mesmo tempo, "alugar" e "louvar") todos os sentidos de que elas se podem revestir fossem perfeitamente independentes do sentido fundamental (núcleo de sentido que se mantém relativamente invariável através da diversidade de mercados e que domina praticamente o "sentido da língua"), qualquer jogo de palavras (dos quais os jogos ideológicos são um caso particular) se tornaria impossível.⁶ Isso porque os diferentes valores de uma palavra se definem na relação entre o núcleo invariante e os mecanismos objetivos característicos dos diferentes mercados: por exemplo, os diferentes sentidos da palavra *grupo* remetem a diversos campos específicos, eles próprios objetivamente situados em relação ao campo onde se define o sentido original (conjunto de pessoas ou de coisas agrupadas

⁶ VENDRYÈS, J. *Le langage – Introduction linguistique à l'histoire*. Paris, Albin Michel, 1950, p. 208.

num mesmo lugar): 1) campo da pintura e da escultura: "reunião de várias personagens formando uma unidade orgânica numa obra de arte"; 2) campo da música: pequeno conjunto de músicos, trio, quarteto; 3) campo literário: cenáculo, escola (o grupo da Pléiade); 4) campo da economia: conjunto de empresas unidas por laços diversos (grupo financeiro, grupo industrial); 5) campo biológico: grupo sangüíneo; 6) campo da matemática: teoria dos grupos etc. Se se pode falar dos diferentes sentidos de uma palavra sob a condição de se ter consciência de que seu agrupamento na simultaneidade do discurso científico (a página do dicionário) é um artefato científico e que eles nunca existem simultaneamente na prática (salvo no *jogo de palavras*). Se, para tomar um outro exemplo de Vendryes, pode-se dizer de uma criança, de um terreno ou de um cachorro que eles *rapportent*⁷, é porque existem na prática tantos verbos *rapporter* quantos contextos de uso, e que o sentido efetivamente atualizado pelo contexto (isto é, pela lógica do campo) lança todos os outros no segundo plano.⁸

A linguagem autorizada

A estrutura da relação de produção lingüística depende da relação de força simbólica entre os dois locutores, isto é, da importância de seu capital de autoridade (que não é redutível ao capital propriamente lingüístico): a competência é também portanto capacidade de se *fazer escutar*. A língua não é somente um instrumento de comunicação ou mesmo de conhecimento, mas

⁷ Em francês o verbo *rapporter* pode tomar o sentido de "encaixar", "trazer de volta" ou "render", dependendo do contexto (N. do T.).

⁸ A aptidão para apreender simultaneamente os diferentes sentidos de uma mesma palavra (que os testes de inteligência freqüentemente medem) e *a fortiori*, a aptidão para manipulá-los praticamente (por exemplo, reativando a significação original das palavras comuns, como gostam de fazer os filósofos) é uma boa medida da aptidão tipicamente erudita de subtrair-se à situação e de romper a relação prática que une uma palavra ao seu contexto prático, encerrando-a, assim, num de seus sentidos, para considerar a palavra nela mesma e por ela mesma, isto é, como o lugar geométrico de todas as relações possíveis com as situações consideradas assim como "casos particulares do possível". Se essa aptidão para utilizar as diferentes variedades lingüísticas, sucessiva e sobretudo simultaneamente, está, sem dúvida, entre as mais desigualmente repartidas, é que o domínio das diferentes variedades lingüísticas (ver, em *Rapport pédagogique et communication*, a análise das variações segundo a origem social da amplitude do *registro lingüístico*, isto é, do grau em que são dominadas as diferentes variedades lingüísticas) e, sobretudo, a relação com a linguagem que, ele supõe, só pode ser

um instrumento de poder. Não procuramos somente ser compreendidos mas também obedecidos, acreditados, respeitados, reconhecidos. Daí a definição completa da competência como *direito à palavra*, isto é, à linguagem legítima como linguagem autorizada, como linguagem de autoridade. A competência implica o poder de impor a recepção. Vemos aqui, novamente, o quanto a definição lingüística de competência é abstrata: o lingüista tem por assente o que, nas situações da existência real, constitui o essencial, isto é, as *condições de instauração da comunicação*. Ele se outorga o mais importante – a saber, que as pessoas falam e se falam (estão em *speaking terms*), que os que falam consideram os que escutam dignos de escutar e os que escutam consideram os que falam dignos de falar.

A ciência adequada do discurso deve estabelecer as leis que determinam quem pode falar (de fato e de direito), a quem e como (por exemplo, num seminário, a possibilidade de tomar a palavra é infinitamente menor para uma mulher do que para um homem). Entre as censuras mais radicais, mais seguras e melhor escondidas, estão aquelas que excluem certos indivíduos da comunicação (por exemplo, não os convidando para os lugares de onde se fala com autoridade, ou colocando-os em lugares sem palavra). Não falamos a qualquer um; qualquer um não "toma" a palavra. O discurso supõe um emissor legítimo dirigindo-se a um destinatário legítimo, reconhecido e reconhecedor. Atribuindo-se o fato da comunicação, o lingüista silencia sobre as condições sociais de possibilidade da instauração do discurso que são lembradas, por exemplo, no caso do discurso profético – por oposição ao discurso institucionalizado, curso ou sermão que supõe a autoridade pedagógica ou sacerdotal e só *prega para os convertidos*.

A lingüística reduz uma *relação de força simbólica* baseada numa *relação autoridade-crença*, a uma operação intelectual cifração-decifração. Escutar é crer. Como vemos claramente no caso das ordens (no sentido de comando) ou, melhor ainda, das *palavras de ordem*, o poder das palavras nunca é somente o poder de mobilizar a autoridade acumulada num campo (poder que supõe, evidentemente, a competência propriamente lingüística – ver domínio da liturgia). A ciência do discurso deve levar em conta as condições de instauração

adquirido em certas condições de existência capazes de autorizar uma relação desprendida e gratuita com a língua.

da comunicação, porque as condições de recepção esperadas fazem parte das condições de produção. A produção é comandada pela estrutura do mercado ou, mais precisamente, pela competência (no sentido pleno) na sua relação com um certo mercado, isto é, pela autoridade lingüística como poder que confere às relações de produção lingüística uma outra forma de poder. Esse poder, no caso do orador homérico, é simbolizado pelo *spektron*, que lembra que estamos tratando com uma palavra que merece ser acreditada, obedecida. Em outros casos – e é o que dificulta – ele pode ser simbolizado pela própria linguagem, o *spektron* do orador consistindo, então, na sua eloqüência: a competência no sentido restrito da lingüística se torna a condição e o signo da competência, no sentido de direito à palavra, esse direito ao poder pela palavra, ordem ou palavra de ordem. Existe todo um aspecto da linguagem de autoridade que não tem senão a função de lembrar essa autoridade e de remeter à crença que ela exige (ver a linguagem de importância). Neste caso, a estilística da linguagem é um elemento do "aparelho" (no sentido de Pascal) que tem por função produzir ou manter a fé na linguagem. A linguagem de autoridade deve parte importante de suas propriedades ao fato de que precisa contribuir para sua própria credibilidade – por exemplo, a "escrita" dos escritores, as referências e o instrumental dos eruditos, as estatísticas dos sociólogos etc.

Nunca se vê tão bem o efeito característico da autoridade (seria preciso dizer *auctoritas*), componente necessário de toda relação de comunicação, quanto nas situações extremas, e por isso quase experimentais, onde os auditores outorgam ao discurso (curso, sermão, discurso político etc.) uma legitimidade suficiente para escutar mesmo se não o compreendem.⁹ A análise da crise da linguagem litúrgica¹⁰ mostra que uma linguagem ritual não pode funcionar se para tanto não forem asseguradas as condições sociais de produção dos emissores e dos receptores legítimos e que essa linguagem se desarranja quando o conjunto dos mecanismos que asseguram o funcionamento e a reprodução do campo religioso cessam de funcionar. A verdade da relação de comunicação nunca está inteiramente no discurso, nem mesmo nas relações de comunicação; uma verdadeira ciência do discurso deve

⁹ Ver a recepção de uma aula magistral analisada em *Rapport pédagogique et communication e La reproduction*, 2ª parte.

buscá-la no discurso, mas também fora dele, nas condições sociais de produção e de reprodução dos produtores e receptores e da relação entre eles (por exemplo, para que a *linguagem de importância* do filósofo seja recebida, é preciso que estejam reunidas as condições para que ela seja capaz de obter a importância que a elas se concede).

Entre os *pressupostos* da comunicação lingüística que escapam completamente aos lingüistas, estão as condições de sua instauração, o contexto social no qual ela se instaura e, em particular, a estrutura do grupo no qual ela se realiza. Para explicar o discurso, é preciso conhecer as condições de constituição do grupo no qual ele funciona: a ciência do discurso deve levar em conta não somente as relações de força simbólicas que se estabelecem no grupo em questão – que fazem com que alguns estejam *impossibilitados de falar* (por exemplo, as mulheres) ou devam *conquistar* seu público enquanto que outros estão em país conquistado – mas também as próprias leis de produção do grupo que fazem com que certas categorias estejam ausentes (ou representadas somente por porta-vozes). Essas condições ocultas são determinantes para compreender o que pode ou não ser dito num grupo.

Podemos, assim, enunciar as características que um discurso legítimo deve preencher, os pressupostos tácitos de sua eficácia: ele é pronunciado por um locutor legítimo, isto é, pela pessoa que convém – por oposição ao impostor (linguagem religiosa/padre, poesia/poeta etc.); ele é enunciado numa situação legítima, isto é, no mercado que convém (no oposto do discurso do louco, uma poesia surrealista lida na Bolsa de Valores) e dirigida à destinatários legítimos; ele está formulado nas formas fonológicas e sintáticas legítimas (o que os lingüistas chamam de gramaticalidade), salvo quando pertence à definição legítima do produtor legítimo transgredir essas normas. A procura de pressupostos, na qual atuam hoje os lingüistas mais lúcidos, extrapola inevitavelmente a lingüística tal como ela se define ordinariamente; leva logicamente à reintrodução do mundo social na ciência da linguagem, começando pela Escola que impõe as formas legítimas de discurso e a idéia de que um discurso deve ser reconhecido se e somente se ele se conformar com essas formas legítimas do campo literário (lugar de produção e de circulação da língua legítima por excelência, a dos escritores, e assim por diante).

¹⁰ Ver BOURDIEU, P. Le langage autorisé. *Actes de la Recherche... I*, 5-6.

Estamos aptos, portanto, a dar à noção de "aceitabilidade" seu pleno sentido que os lingüistas introduzem, às vezes, para escapar à abstração da noção de "gramaticalidade"¹¹ a ciência da linguagem tem por objeto a análise das condições de produção de um discurso não somente gramaticalmente conforme e adaptado à situação, mas também e sobretudo aceitável, recebível, crível, eficaz ou simplesmente escutado, num determinado estado das relações de produção e de circulação (isto é, em relação a uma certa competência e um certo mercado) . Existem tantas aceitabilidades quantas formas de relação entre competência (no sentido pleno) e campo (ou mercado); trata-se de estabelecer as leis que definem as condições sociais de aceitabilidade, isto é, as leis de compatibilidade e de incompatibilidade entre certos discursos e certas situações, as leis sociais do dizível (que englobam as leis lingüísticas do gramatical).

O discurso é uma formação de compromisso resultante da transação entre o interesse expressivo e a censura inerente às relações de produção lingüísticas particulares (estrutura da interação lingüística ou campo de produção e de circulação especializado) que se impõe a um locutor dotado de uma competência determinada, isto é, de um poder simbólico mais ou menos importante sobre essas relações de produção.¹² O objetivismo abstrato tende a reunir, numa mesma classe abstrata, todas as situações de comunicação, negligenciando, assim, as variações da estrutura das relações de produção lingüística que podem se estabelecer por exemplo entre um locutor e um receptor e que dependem da posição dos interlocutores na estrutura das relações de força simbólicas. As características específicas do trabalho de produção lingüística dependem da relação de produção lingüística na medida em que ele é a atualização das relações de força objetivas (relações de classe) entre locutores (ou os grupos de que eles fazem parte).¹³

¹¹ A distinção que Chomsky introduz entre "gramaticalidade" e "aceitabilidade" (em particular em *Aspects of the theory of syntax*, p.11, onde ele indica que a "gramaticalidade" não é senão um dos inúmeros fatores que concorrem para a "aceitabilidade") não está no princípio de *nenhuma consequência* teórica ou empírica (mesmo que ela possa hoje fornecer uma licitação ou legitimação retrospectiva para certas pesquisas pós-chomskianas – por exemplo, em Fauconnier ou Lakoff).

¹² Ver BOURDIEU, P. L'ontologie politique de Martin Heidegger. *Actes de la Recherche...*, 1, 5-6, 1975.

¹³ Contra toda redução "interacionista", é preciso lembrar que os locutores trazem consigo todas as suas propriedades para a interação e que é a posição na estrutura social (ou no campo especializado) que define a posição na interação (ver *Esquisse...*, p. 224-5).

Capital e mercado

O discurso é um bem simbólico que pode receber valores muito diferentes segundo o mercado em que ele' está colocado. A competência lingüística (como toda competência cultural) só funciona como capital lingüístico quando em relação com um certo mercado: como prova, estão os efeitos globais da desvalorização lingüística que podem operar-se brutalmente (após uma revolução política) ou insensivelmente (por uma lenta transformação das relações de força materiais e simbólicas, como, por exemplo, a desvalorização progressiva do francês em relação ao inglês no mercado internacional). Se aqueles que querem defender um capital ameaçado, quer se trate do latim ou de qualquer outro componente da cultura humanística tradicional, são condenados a uma luta total (como, em outro domínio, os integristas), é porque não se pode salvar a competência sem salvar o mercado, isto é, o conjunto das condições sociais de produção e de reprodução dos produtores e dos consumidores. Os conservadores fazem como se a língua pudesse valer alguma coisa fora de seu mercado, como se ela possuísse virtudes intrínsecas (ginástica mental, formação lógica etc.); mas, na prática, eles defendem o mercado, isto é, o domínio dos instrumentos de reprodução da competência e, portanto, do mercado.¹⁴ Observam-se fenômenos análogos nos países antigamente colonizados: o futuro da língua é comandado pelo futuro dado aos instrumentos de reprodução do capital lingüístico (por exemplo, o francês ou o árabe), isto é, entre outras coisas, ao sistema escolar; o sistema de ensino só é um espaço de luta tão importante porque ele tem o monopólio da produção em massa de produtores e de consumidores – o monopólio, portanto, da reprodução do mercado de que depende o valor da competência lingüística e sua capacidade de funcionar enquanto capital lingüístico.¹⁵

Decorre da definição ampliada da competência que uma língua vale o que

¹⁴ A língua legítima deve uma parte de seu poder simbólico ao fato de que a relação que a une ao mercado permanece desconhecida: é preciso, portanto, levar em conta, numa definição completa da língua legítima, o desconhecimento de sua verdade objetiva, princípio da violência simbólica que se exerce através dela.

¹⁵ A língua morta está no limite da língua erudita, posto que, neste caso, o sistema de ensino não divide nem mesmo com a família o trabalho de transmissão e que somente o mercado

valem aqueles que a falam, isto é, o poder e a autoridade, nas relações de força econômicas e culturais, dos detentores da competência correspondente (os debates sobre o valor relativo das línguas não podem ser resolvidos no plano lingüístico: os lingüistas têm razão em dizer que todas as línguas se equivalem lingüisticamente; eles erram ao acreditar que elas se equivalem socialmente).. O efeito social do uso autorizado ou herético supõe locutores tendo o mesmo reconhecimento do uso autorizado e conhecimentos desiguais desse uso (isto é bem evidente nas situações de multilingüismo: a crise e a revolução lingüísticas passam pela crise e revolução políticas). Para que uma forma de linguagem se imponha entre outras (uma língua, no caso do bilingüismo, um uso da língua no caso de uma sociedade dividida em classes) como a única legítima, para que se exerça, em suma, o efeito de dominação reconhecida (isto é, desconhecida), é preciso que o mercado lingüístico esteja unificado e que os diferentes dialetos de classe ou de região se comparem praticamente à língua legítima. A integração numa mesma "comunidade lingüística" (dotada de instrumentos de coerção necessários para impor o reconhecimento universal da língua dominante: escola, gramáticos etc.) de grupos hierarquizados, animados por interesses diferentes, é a condição de instauração de relações de dominação lingüística. Quando uma língua domina o mercado, é em relação a ela, tomada como norma, que se definem, ao mesmo tempo, os preços atribuídos às outras expressões e o valor das diferentes competências. A língua dos gramáticos é um artefato que, universalmente imposto pelas instâncias de coerção lingüísticas, tem uma eficácia social na medida em que funciona como norma, através da qual se exerce a dominação dos grupos. Detendo os meios para impô-la como legítima, os grupos detêm, ao mesmo tempo, o monopólio dos meios para dela se apropriarem.

Do mesmo modo que, ao nível dos grupos tomados em seu conjunto, uma língua vale o que valem aqueles que a falam, ao nível das interações entre indivíduos, o discurso deve sempre uma parte muito importante de seu valor ao valor daquele que o domina.¹⁶ A estrutura da relação de forças simbólicas

escolar pode assegurar valor à competência correspondente, desprovida de uso social na existência ordinária.

¹⁶ Ver a "algaravia" dos Guermentes, que é autoridade, pelo menos no que concerne à pronúncia dos nomes nobres.

nunca é somente definida pela estrutura das competências propriamente lingüísticas existentes e não se pode separar a dimensão propriamente lingüística das produções lingüísticas. E uma ilusão de gramático, ainda dominado pela definição dominante, crer que é preciso "dominar sua língua" para dominar lingüisticamente: dizer que a língua dominante é a língua dos dominantes (como o gosto dominante etc.) não é dizer que os dominantes dominam a língua no sentido em que o compreendem os lingüistas.¹⁷ Não se pode autonomizar a língua em relação às propriedades sociais do locutor: a avaliação da competência leva em conta a relação entre as propriedades sociais do locutor e as propriedades propriamente lingüísticas de seu discurso, isto é, a concordância ou discordância entre linguagem e locutor (que pode revestir sentidos muito diferentes conforme se trate de um exercício ilegal da língua legítima – criado que fala a linguagem de seu patrão, enfermeiro a do médico etc. – ou, ao contrário, da hipocorreção estratégica daqueles que se "colocam na altura", tirando um proveito suplementar da distância que eles adquirem, com a estrita correção).¹⁸ Os dominantes podem ter um uso deliberada ou acidentalmente relaxado da linguagem, sem que seu discurso jamais seja investido do mesmo *valor* social que a linguagem dos dominados. O que fala nunca é a palavra, o discurso, mas toda a *pessoa social* (é o que esquecem aqueles que procuram a "força locutória" do discurso no próprio discurso). A psicologia social lembra todos os signos que, funcionando como *spektron*, afetam o valor social do produto lingüístico que contribui, por sua vez, para definir o valor social do locutor: sabe-se, assim, que propriedades tais como "posição" (*setting*) da voz (nasalização, faringalização) e pronúncia (sotaque) oferecem melhores índices do que a sintaxe para a localização da classe social dos locutores; sabe-se, ainda, que a eficácia de um discurso, seu poder de convicção, depende da autoridade daquele que o pronuncia ou, o que dá no mesmo, do "sotaque" funcionando como indício de autoridade.

¹⁷ Qualquer que seja a competência propriamente lingüística, a competência social (que impõe a recepção pelo reconhecimento e pela crença), compreendida como a aptidão para manipular legitimamente o maior número de usos diferentes dos signos, cresce quando nos elevamos na hierarquia social. O relaxamento da tensão se observa em todos os locutores (variações inerentes), pois quem pode tudo pode pouco: é mais fácil para os membros da classe dominante relaxar a tensão (por exemplo, para se "colocar ao alcance", mostrar-se "simples" etc.) do que, para os membros das classes dominadas, aumentá-la.

Assim, toda a estrutura social está presente na interação (e, por aí, no discurso): as condições materiais de existência determinam o discurso por intermédio das *relações de produção lingüística* que elas tomam possíveis e que estruturam. As condições materiais comandam, com efeito, não somente os lugares e os momentos da comunicação (determinando as chances de encontro e de comunicação através de mecanismos sociais de eliminação e de seleção), mas também a forma da comunicação por intermédio da estrutura da relação de produção na qual é engendrado o discurso (distribuição de autoridade entre locutores, da competência específica etc.), o que permite a alguns impor seus próprios produtos lingüísticos e excluir os outros.

A formação dos preços e a antecipação dos lucros

Somente poderemos nos dar os meios para compreender um dos determinantes mais importantes da produção lingüística, a antecipação dos lucros, se estabelecermos os mecanismos de formação dos preços das diferentes espécies de discurso nos diferentes mercados. A antecipação dos lucros está inserida de maneira durável no *habitus* lingüístico, como ajustamento antecipado (sem antecipação consciente) ao valor objetivo do discurso.

O valor social dos produtos lingüísticos advém de sua relação com o mercado, isto é, na e pela relação objetiva de concorrência que os opõem a todos os outros produtos (e não somente aos produtos aos quais eles estão diretamente confrontados na transação concreta) e na qual se determina seu *valor distintivo*: o valor social, do mesmo modo que, para Saussure, o valor lingüístico está ligado à variação, ao desvio distintivo, à posição da variante considerada no sistema das variantes. Entretanto, em consequência da relação que une o sistema das diferenças lingüísticas ao sistema das diferenças econômicas e sociais,¹⁹ os produtos de certas competências trazem um *lucro*

¹⁸ Como me faz notar Pierre Encrevé, a diminuição da tensão só excepcionalmente toca o nível fonético. O que faz com que a verdadeira distância, falsamente negada, continue a manifestar-se na pronúncia.

¹⁹ Como o sistema de gostos e de estilos de vida, o sistema de competências lingüísticas e das falas reproduz na sua lógica específica, sob a forma de um sistema de diferenças que parecem inscritas na natureza (ideologia da distinção), as diferenças econômicas e sociais.

de distinção somente na medida em que não se trate de um universo relativista de diferenças capazes de se relativizarem mutuamente, mas de um universo hierarquizado de desvios em relação a uma forma de discurso reconhecida como legítima. Dito de outro modo, a competência dominante só funciona como capital lingüístico que assegura um lucro de distinção na sua relação com as outras competências²⁰ na medida em que os grupos que a detêm são capazes de impô-la como sendo a única legítima nos mercados lingüísticos legítimos (mercado escolar, administrativo, mundano etc.). As chances objetivas de lucro lingüístico dependem: a) do grau de unidade do mercado lingüístico, isto é, do grau em que a competência dos dominantes é reconhecida como legítima, como padrão do valor dos produtos lingüísticos; b) das chances diferenciais de acesso aos instrumentos de produção da competência legítima (isto é, as chances de incorporar o capital lingüístico objetivado) e aos lugares de expressão legítimos.²¹

As situações nas quais as produções lingüísticas são expressamente sancionadas, apreciadas, cotadas – entrevistas de emprego ou exames escolares – lembram a existência de mecanismos de formação de preços do discurso que agem em toda interação, seja ela lingüística, relação doente-médico, cliente-advogado e, mais geralmente" em todas as relações sociais.²² Resulta daí que agentes continuamente submetidos às sanções do mercado lingüístico (que funciona como um sistema de reforços positivos ou negativos) adquirem posições duráveis, princípio de sua percepção e apreciação do estado do mercado lingüístico e, conseqüentemente, de suas estratégias de expressão.

O que orienta as estratégias lingüísticas do locutor (tensão ou relaxamento, vigilância ou condescendência etc.) não são tanto (salvo exceção) as chances de ser ouvido ou mal ouvido (rendimento comunicativo ou chances de comunicação) mas as chances de ser compreendido, acreditado, obedecido,

²⁰ Ver BOURDIEU, P. Le fétichisme de la langue. *Actes...*, 1. 4.

²¹ Os conflitos a que chamamos lingüísticos se dão quando os detentores da competência dominada recusam reconhecer a língua dominante – portanto, o monopólio de legitimidade lingüística que se atribuem seus detentores – e reivindicam para sua própria língua os lucros materiais e simbólicos reservados à língua dominante.

²² Muitas pesquisas mostraram que as características lingüísticas influenciam fortemente as chances de emprego, o sucesso profissional, o sucesso escolar, a atitude dos médicos com relação aos doentes e, de modo mais geral, as disposições dos receptores em cooperar com o emissor, ajudá-lo ou dar crédito às informações que ele fornece.

nem que seja pelo preço de um mal-entendido (rendimento político ,ou chances de dominação e de lucro);²³ não são tampouco as chances' médias de lucro (em geral, a probabilidade, por exemplo, de receber um certo prêmio num certo momento pela linguagem professoral à antiga com imperfeito do subjuntivo, períodos etc., ou por um gênero, a poesia por oposição ao romance) mas as chances de lucro para ele, locutor particular, ocupando uma posição particular na estrutura de distribuição de capital. A competência não se reduz à capacidade propriamente lingüística de engendrar um certo tipo de discurso, mas faz intervir o conjunto das propriedades constitutivas da *personalidade social* do locutor (em particular, todas as formas de capital das quais ele está investido). As mesmas produções lingüísticas podem trazer lucros radicalmente diferentes segundo o emissor (por exemplo: a hipercorreção eletiva). Não são as chances de lucro próprias a esse locutor particular, mas essas chances avaliadas por ele em função de um *habitus* particular que comandam sua percepção e sua apreciação das chances objetivas médias ou singulares. É, concretamente, a esperança prática (que podemos, com dificuldade, chamar de subjetiva, posto que ela é o produto da relação de uma objetividade – as chances objetivas – com uma objetividade incorporada – a disposição para estimar as chances) de receber um preço elevado ou baixo por seu discurso, esperança, esperança que pode ir até a certeza, até a "segurança", que funda a "segurança" ou a "indecisão" e "timidez".²⁴ Assim, muito concretamente, a eficácia das manifestações específicas da verdade objetiva da relação de produção – por exemplo, a atitude, mais ou menos estudada, do receptor, sua mímica (atenta ou indiferente, ativa ou familiar, os encorajamentos da voz e dos gestos ou a desaprovação) – é tanto maior quanto maior for a sensibilidade aos signos da recepção. É, portanto, pela mediação das disposições do *habitus*

²³ As relações de comunicação que obedecem à procura de maximização do rendimento comunicativo são um caso particular (e uma exceção). Há tantas economias de recursos lingüísticos quantas funções podem ter 'os atos lingüísticos: o que é economia ou econômico, num certo campo, em função de certas funções, é desperdício em outro caso. O economismo lingüístico só reconhece o uso dos recursos lingüísticos correspondentes à busca da maximização do lucro de comunicação, os emissores e os receptores sendo inteira e exclusivamente caracterizados do ponto de vista da comunicação que eles efetivam, isto é, como puros emissores e receptores de signos (daí o tecnocratismo que pretende medir o rendimento da comunicação).

²⁴ No prolongamento das pesquisas que mostraram que os médicos conferem mais atenção aos pacientes de origem burguesa e a seu corpo (formulando, por exemplo, a respeito deles diagnósticos menos pessimistas), podemos supor que eles lhes propõem um discurso mais explícito e, também, mais controlado.

que a configuração conjuntural da relação de 'produção lingüística modifica a prática.²⁵

É preciso tomar cuidado para não reduzir a antecipação das chances a um simples cálculo consciente e para não pensar que a estratégia expressiva (que pode ir da organização até o livre falar) está determinada pela apreciação consciente das chances imediatamente inscritas na situação diretamente percebida: na verdade, o princípio das estratégias é o *habitus* lingüístico – disposição permanente em relação à linguagem e às situações de interação, objetivamente ajustada a um dado nível de aceitabilidade. O *habitus* integra o conjunto das disposições que constituem a competência ampliada definindo para um agente determinado a estratégia lingüística que está adaptada às suas chances particulares de lucro, tendo em vista sua competência específica e sua autoridade.²⁶ Princípio das censuras, o sentido do aceitável como dimensão do sentido dos limites (que é condição de classe incorporada) é o que permite avaliar o grau de oficialidade das situações e determinar se é o momento de falar e que linguagem falar numa ocasião social situada num determinado ponto da escala de oficialidade. Não aprendemos a gramática de um lado e a arte da ocasião oportuna de outro: o sistema dos reforços seletivos constitui, em cada um de nós, uma espécie de sentido dos usos lingüísticos que define o grau de coerção que um determinado campo faz pesar sobre a palavra (e que faz, por exemplo, com que, numa determinada situação uns se encontrem condenados ao silêncio, outros a uma linguagem controlada, enquanto que outros se sentirão autorizados a uma linguagem livre e descontraída). A definição de – aceitabilidade não está na situação, mas na relação entre uma situação e um

²⁵ Diferentes experiências de psicologia social mostraram que a rapidez da palavra, a quantidade de palavra, o vocabulário, a complexidade da sintaxe etc. variam de acordo com a atitude do experimentador (isto é, segundo as estratégias de reforço seletivo que ele emprega).

²⁶ As leis de produção do discurso são um caso particular das leis de produção das práticas: em todos os casos nos quais as aspirações (aqui, as aspirações efetivas à palavra) são objetivamente ajustadas às chances objetivas (isto é, objetivamente inscritas no campo para qualquer ocupante de uma determinada posição nesse campo), o ajustamento das pretensões expressivas e das chances de expressão é tão imediato quanto inconsciente, não precisando a censura aparecer enquanto tal. Quando as estruturas objetivas com as quais ele se defronta coincidem com aquelas de que ele é produto, o *habitus* (por exemplo, universitário) precede as expectativas objetivas de campo, de tal modo que a submissão à ordem lingüística que define o *obsequium* como *respeito pelas formas* pode ser vivida como prática livre por todos os que são produto das mesmas condições. É sobre esta base que se opera a forma mais sutil mais freqüente da censura, aquela que consiste em colocar em posições com direito à palavra locutores cujas disposições expressivas coincidem perfeitamente com as exigências (ou os interesses expressivos) inscritas na posição.

habitus, ele próprio produto da história da relação com um sistema particular de reforços seletivos. A disposição que leva a "se vigiar", a "se corrigir", a procurar a "correção" através de correções permanentes nada mais é que o produto da introjeção de uma vigilância e de correções que inculcam, senão o conhecimento, pelo menos o reconhecimento da norma lingüística; através desta disposição durável (que, em certos casos, está no princípio de uma certa insegurança lingüística permanente), se exercem continuamente, sobre aqueles que a reconhecem mais do que a conhecem, a vigilância e a censura da língua dominante. "Vigiando-se", os dominados reconhecem na prática, senão a vigilância dos dominantes (ainda que eles nunca "se vigiem" tanto quanto em sua presença), ao menos a legitimidade da língua dominante. Essa disposição com relação à língua é, 'em todo caso, uma das mediações através das quais se exerce a dominação da língua dominante.

Censura e configuração

A linguagem deve, assim, parte de suas propriedades à antecipação prática da reação que ela é capaz de suscitar, reação que depende do próprio discurso e de toda a pessoa social daquele que o pronuncia. A forma e o conteúdo do que pode ser dito e do que é dito dependem da relação entre um *habitus* lingüístico que se constitui na relação com um campo de um determinado nível de aceitabilidade (isto é, um sistema de chances objetivas de sanções positivas ou negativas para as *performances* lingüísticas) e um mercado lingüístico definido por um nível de aceitabilidade mais ou menos elevado. Portanto, por uma maior ou menor pressão corretiva (as situações "oficiais" impõem um uso "oficial", *formal*, "em forma" da linguagem; de modo mais geral, as formas de expressão estão inscritas na forma de relação de produção lingüística que as integra).

O campo exerce sobre a produção um efeito de reforço seletivo por intermédio da estimação prática das chances de lucro, agindo como censura ou licitação, até incitação, e comandando os investimentos lingüísticos dos agentes: assim, o princípio da procura da correção lingüística que caracteriza a pequena burguesia está no valor de uso dominante da língua, notadamente no

mercado escolar. Assim, a propensão para adquirir o uso dominante da língua é função das chances de acesso aos mercados nos quais esse uso tem valor e chances de vencer. Mas, além disso, as relações de produção lingüísticas comandam o conteúdo e a forma da produção impondo um grau mais ou menos elevado de tensão e de contenção lingüísticas ou, se preferirmos, impondo um nível mais alto de censura, próprio a exigir mais ou menos imperativamente uma configuração específica (por oposição ao livre-falar). É a forma particular da relação de produção lingüística que comanda o conteúdo e a forma particular da expressão – "familiar", "correta", "livre" ou "oficial" (formal) -, que impõe as atenuações, os eufemismos e as prudências (por exemplo, o uso das fórmulas prontas que protegem contra os riscos da improvisação), que distribui os tempos de palavra e, ao mesmo tempo, o ritmo e a amplitude do discurso etc.

As situações plurilingüísticas permitem observar, de maneira quase experimental, as variações da língua empregada em função da relação entre os locutores. Assim, numa das interações observadas, a mesma pessoa (uma senhora de idade, moradora de um lugarejo) que, numa povoação bearnesa, se dirige com um "francês provinciano" a uma jovem mulher casada com um comerciante local e oriunda de uma outra grande cidade do Béarn (podendo, portanto, ignorar ou fingir ignorar o bearnês). Um instante depois fala em bearnês com outra mulher mais ou menos de sua idade e oriunda do mesmo lugarejo. Fala em francês, senão "correto", pelo menos fortemente "corrigido", com um pequeno funcionário da cidade, e novamente em bearnês, com um cantoneiro de uns 50 anos de idade, também oriundo desse lugarejo. Vemos que o que determina o discurso não é a relação falsamente concreta entre uma competência ideal e uma situação geral, mas a relação objetiva, cada vez diferente, entre uma competência e um mercado que se atualiza praticamente pela mediação da semiologia espontânea. Os locutores mudam de registro lingüístico – com tanto maior margem de liberdade quanto mais total for o domínio dos recursos lingüísticos – em função da relação objetiva entre sua posição e a de seus interlocutores na estrutura da distribuição do capital propriamente lingüístico e, sobretudo, das outras espécies de capital.

Assim, o que pode ser dito e a maneira de dizê-lo numa circunstância determinada dependem da estrutura da relação objetiva entre as posições que o emissor e o receptor ocupam na estrutura de distribuição do capital lingüístico

e das outras espécies de capital. Toda expressão verbal, quer se trate de uma conversa entre amigos, do discurso de aparato de um porta-voz "autorizado" ou de um trabalho científico, leva a marca, em seu conteúdo e sua forma, das condições que o campo considerado assegura àquele que o produz em função da posição que ele ocupa. A razão de ser de um discurso nunca reside completamente na competência propriamente lingüística do locutor; ela reside no lugar socialmente definido a partir do qual ele é proferido, isto é, nas propriedades pertinentes de uma posição no campo das relações de classe ou num campo particular, como o campo intelectual ou o campo científico. Por intermédio de sanções positivas ou negativas que ele aplica aos ocupantes das diferentes posições e da autoridade que ele confere ou recusa ao seu discurso, cada campo traça os limites entre o dizível e o indizível (ou inominável), que é o que propriamente o define. A forma e o conteúdo do discurso dependem, pois, da capacidade de exprimir os interesses expressivos ligados a uma posição dentro dos limites da censura tal como ela se impõe ao ocupante dessa posição, isto é, nas *formas requeridas*.²⁷

O princípio das variações da forma (isto é, das variações do grau de "tensão" do discurso) reside na estrutura da relação social entre os interlocutores,²⁸ e também na capacidade do locutor em avaliar a situação e responder a um alto grau de tensão com uma expressão convenientemente eufemizada.²⁹

²⁷ Os campos especializados (filosófico, religioso etc.) exercem um efeito de censura quando funcionam como mercados de trabalho e mercados de trabalho lingüístico, sancionando positiva ou negativamente os produtos dos diferentes locutores segundo sua distância em relação à língua legítima. Sua autonomia relativa se afirma no poder de atribuir valor a um uso determinado da língua e, correlativamente, de desvalorizar outros usos possíveis, mas não conformes às normas do campo.

²⁸ A estrutura da relação social entre os interlocutores não pode ser autonomizada. Ela depende da estrutura das relações objetivas entre as línguas ou os usos concernentes e seus portadores: grupo dominante e grupo dominado, no caso de uma situação de plurilingüismo colonial; classe dominante e classe dominada, no caso de uma sociedade dividida em classes.

²⁹ As diferenças observadas entre os usos "populares" e "burgueses" da língua resultam do fato de que o domínio prático das formas eufemísticas objetivamente exigidas pelo mercado legítimo cresce à medida que nos elevamos na hierarquia social, isto é, à medida que aumenta a freqüência das ocasiões em que nos encontramos submetidos (desde a infância) a essas exigências, em que somos, portanto, capazes de adquirir praticamente os meios de satisfazê-las. Assim, o uso burguês se caracteriza pela freqüência daquilo que Lakoff chama de *hedges*, tais como: *sort of, pretty much, rather, strictly speaking, loosely speaking, technically, regular, par excellence* etc. (ver LAKOFF, G. *Interview with Herman Parret*. University of California, mimeo., out. 1973. p.38); e que Labov denomina "locuções de preenchimento" (*filler phrases*), como: *such a thing as, some things like that, particularly* (LABOV, W. *Language in the Inner City*, 1972. p. 219). De fato, essas locuções que, segundo Labov, são responsáveis pela inflação verbal (*verbosity*) da linguagem burguesa, constituem elementos de uma espécie de metalinguagem

Vemos o quanto é artificial a oposição entre a lingüística externa e a lingüística interna, entre a análise da *forma* da linguagem e a análise da *função* social que ela preenche: a relação objetiva entre locutor e receptor funciona como um mercado que age como censura, conferindo aos diferentes produtos lingüísticos valores muito desiguais. Cada mercado se define por diferentes condições de entrada e, quanto mais estrita for a censura, mais a forma deve alterar-se e alterar, conseqüentemente, o conteúdo expressivo.

O reconhecimento e o conhecimento

A situação lingüística se define pela relação entre um grau de tensão (objetivo) média (grau de oficialidade) e um *habitus* lingüístico caracterizado por um *grau de tensão* particular que é função da distância entre o *reconhecimento* e o *conhecimento*, entre a norma reconhecida e a capacidade de produção. Quanto maior for a tensão objetiva média (grau de oficialidade da ocasião ou autoridade do interlocutor), maior a contenção, a vigilância lingüística, a censura; quanto maior a distância entre o reconhecimento e o conhecimento, mais imperativas se tornam as correções destinadas a assegurar a *revalorização do produto lingüística* pela mobilização particularmente intensa dos recursos lingüísticos, e maior a tensão e a contenção que essas correções exigem

A tensão (subjetiva) correlativa à grande distância entre o reconhecimento e o conhecimento, entre o nível objetiva e subjetivamente exigido e a capacidade de realização, se manifesta por uma forte insegurança lingüística que atinge seu paroxismo nas situações oficiais, engendrando "erros" por hipercorreção dos discursos de comícios "cujo o qual", exemplo de Giraud – ou o desmoronamento puro e simples da linguagem dominada:³⁰ é nas camadas superiores das classes populares e na pequena burguesia que a insegurança e,

prática que marca, na própria forma da língua falada, a *distância neutralizante* característica da relação burguesa com a língua: tendo por efeito, segundo Lakoff, "elevar os valores intermediários e abaixar os valores extremos" ou, segundo Labov, "evitar todo erro ou exagero", esses locutores e essas expressões são produzidos para e pelos mercados (o da escola, em particular), que, como sabemos demandam um uso neutro e neutralizado da linguagem.

correlativamente, o alto grau de vigilância e censura atingem seu máximo.³¹ Com efeito, enquanto as classes populares estão colocadas diante da alternativa livre-falar (negativamente sancionado) ou silêncio, os membros da classe dominante, cujo *habitus* lingüístico é a *realização da norma* ou a *norma realizada*, podem manifestar o desembaraço que lhes dá a *segurança* (estritamente oposta à insegurança) e a competência real a ela freqüentemente associada. Já os pequenos-burgueses dedicam-se a uma busca ansiosa de correção que pode levá-los a ultrapassar os burgueses na tendência a utilizar as formas mais corretas e as mais rebuscadas.³²

É preciso que nos detenhamos um pouco na relação com a linguagem que caracteriza os membros da classe dominante (ou, ao menos, aqueles dentre eles que saíram dessa classe). Além de ser suficiente a *certitudo sui* que os define para dotar sua *performance* lingüística de uma desenvoltura e descontração reconhecidas como marca de distinção na matéria, os membros da classe dominante são capazes do que é reconhecidamente a forma suprema da proeza lingüística: manter o desembaraço no perigo, o *relaxamento na tensão*. Tendo adquirido o uso dominante por uma familiarização precoce, a única capaz de transmitir a maneira de usar a língua que constitui o aspecto mais inimitável da *performance* legítima, tendo reforçado esse aprendizado prático por um aprendizado erudito organizado pela instituição escolar e ainda, visando transformar o domínio prático em domínio erudito, consciente de si, estender seu registro e, ao mesmo tempo, assegurar a *incorporação da norma* erudita, eles são capazes de produzir, de maneira contínua e sem esforço aparente, a linguagem mais correta não somente na ordem da sintaxe, mas também na ordem da pronúncia e da dicção, o que fornece à localização social

³⁰ Labov mostrou que as falas dominadas não resistem à situação de pesquisa e que nos arriscamos a descrever como déficit de linguagem o que é, de fato, um efeito de campo (ver *Sociolinguistique*. Paris, Ed. de Minuit, 1976).

³¹ É também na pequena burguesia que a sensibilidade para a correção lingüística, em casa e com os outros, é máxima. Diferentes experiências de psicologia social mostraram que os pequenos-burgueses são melhores juízes do que as classes populares quando se trata de localizar a classe social pelo sotaque. Sabe-se, de modo mais geral, que vigilância ansiosa os dominados investem nas suas relações com os dominantes: pensemos, por exemplo, no ascensorista do hotel de Balbec que, habituado a escutar os hóspedes, adivinhava seus estados de alma no espaço de um andar.

³² A sensibilidade e a insegurança lingüísticas culminam nas mulheres das classes médias: com efeito, a divisão de trabalho entre os sexos que faz com que as mulheres tendam a esperar a ascensão social de sua capacidade de produção simbólica as destinam, de modo mais geral, a *investir* muito mais na aquisição das disposições legítimas.

seus índices mais seguros. Aqueles que têm a certeza de encarnar a norma lingüística podem se permitir transgressões que são uma maneira de afirmar seu controle da norma e sua distância em relação aos que a ela se dobram cegamente. Em poucas palavras, o uso dominante é o uso da classe dominante, aquele que supõe a apropriação dos meios de aquisição cujo monopólio essa classe detém: a virtuosidade e a facilidade que detêm a imagem social da excelência lingüística supõem que o domínio prático da língua, adquirível somente num universo familiar que mantém com a língua uma relação vizinha daquela que pede e inculca a escola, se encontra reforçado mas também transformado pela aprendizagem secundária que fornece os instrumentos (com a gramática, por exemplo) de um *domínio reflexivo* da linguagem. Conseqüentemente, o domínio alcançado se opõe tanto à desapropriação pura e simples daqueles que não se beneficiaram dos aprendizados conformes (primários e secundários) quanto ao domínio sutilmente imperfeito de uma aquisição inteiramente escolar, sempre marcada pelas suas condições de aquisição (encontrando-se no campo do gosto a mesma estrutura triádica).

As diferenças que separam as classes em matéria de linguagem não se reduzem, pois, a uma somatória de demarcadores sociais. Elas constituem um sistema de signos congruentes de diferenciação, ou melhor, de distinção, que encontram seu princípio nos *modos de aquisição* socialmente distintos e distintivos. É nas maneiras de falar – e, em particular, nas mais inconscientes, nas mais inacessíveis, em todo caso, ao controle consciente, como a pronúncia – que se conserva e se denuncia a lembrança, por vezes renegada, das origens. O suporte biológico ao qual a linguagem se incorpora confere à disposição lingüística e a seus produtos as propriedades gerais que lhe são impostas pelo conjunto de seus aprendizados (e não somente pelos aprendizados propriamente lingüísticos): instrumento que registra seus próprios usos anteriores e que, sendo ainda continuamente modificado por eles, atribui um peso mais importante aos mais antigos, o corpo encerra, sob a forma de automatismos duráveis, o traço e a memória dos acontecimentos sociais, sobretudo primitivos, de que esses automatismos são o produto. Os efeitos de toda experiência nova sobre a formação do *habitus* dependem da relação entre essa experiência e as experiências já integradas ao *habitus* sob a forma de

esquemas de classificação e de engendramento. Nessa relação que toma a forma de um processo dialético de reinterpretação seletiva, a eficácia informativa (ou a rentabilidade) de toda experiência nova tende a diminuir à medida que cresce o número de experiências já integradas à estrutura do *habitus*.

Princípio gerador e unificador de todas as práticas lingüísticas, o *habitus* lingüístico – por exemplo, a relação particularmente tensa em relação à tensão objetiva que está no princípio da hipercorreção pequeno-burguesa – é uma dimensão do *habitus* de classe, isto é, o *habitus* lingüístico é uma expressão da posição (sincrônica e diacronicamente definida) na estrutura social.³³ O sentido do valor de seus próprios produtos lingüísticos (experimentado, por exemplo, sob a forma de uma relação infeliz com um sotaque desvalorizado) é uma das dimensões fundamentais do sentido da posição de classe: a relação originária com o mercado lingüístico e a descoberta do preço atribuído às suas produções lingüísticas são, sem dúvida, com a descoberta do preço conferido ao próprio corpo, uma das mediações através das quais se determina a representação prática da pessoa social, *self image* que comanda as condutas de sociabilidade ("timidez", "descontração", "segurança" etc.) e, de modo mais geral, toda a maneira de se comportar no mundo social.

O capital lingüístico e o corpo

Mas é preciso ainda tirar as conseqüências do fato de que o capital lingüístico é um capital incorporado e que o aprendizado da língua é uma dimensão do aprendizado de um esquema corporal global, ele próprio ajustado a um sistema de chances objetivas de aceitabilidade. A linguagem é uma técnica do corpo e a competência propriamente lingüística, especialmente a fonologia, é uma dimensão da *héxis* corporal onde se exprime toda relação com o mundo social. A *héxis* corporal, que é característica de uma classe, submete o aspecto fonológico do discurso a uma deformação sistemática. Isto se dá por intermédio daquilo que Pierre Guiraud chama de "estilo articulatório", dimensão

³³ O que explica que as disposições lingüísticas apresentem uma relação de afinidade imediatamente visível com as disposições em matéria de fecundidade ou de gosto.

do esquema corporal que constitui uma das mediações mais importantes entre a classe social e a linguagem: assim, o estilo articulatório das classes populares é inseparável de toda uma relação com o corpo dominada pela recusa dos "maneirismos" ou das "afetações" e pela valorização da virilidade (Labov explica a resistência à pressão da língua legítima dos locutores masculinos da classe trabalhadora de Nova York pelo fato de que eles associam a idéia de virilidade a seu modo de falar). A forma "favorita" da abertura bucal, isto é, a posição articulatória mais freqüente é um elemento do *uso global da boca* (e, portanto, da *héxis* corporal) e constitui o verdadeiro princípio do sotaque como deformação sistemática que deve ser apreendida enquanto tal.³⁴ É preciso tratar os traços fonológicos próprios a cada classe como um todo, enquanto produto de uma *informação* sistemática que encontra seu princípio no *habitus* (e a *héxis* corporal) e onde se exprime uma relação sistemática com o mundo. A origem de classe comanda a relação com a linguagem, pelo menos em parte, por meio da relação com o corpo, ela própria determinada pelas formas concretas que a divisão de trabalho entre os sexos reveste em cada classe, na prática e nas representações.

A oposição entre relação popular e relação burguesa com a linguagem se resume na oposição entre a *boca*, feminina, rebuscada, distinta, e a *gueule* (goela), tipicamente masculina, resumo do corpo masculino (*bonne gueule* = boa cara, *sale gueule* = má cara). Por um lado, as disposições burguesas ou, em sua forma caricatural, pequeno-burguesas, a altivez e o desdém (*faire la*

³⁴ A relação entre "estilo articulatório" e estilo de vida, que faz do "sotaque" um índice tão poderoso da posição social, ainda se impõe aos raros analistas que lhe deram um lugar nas ciências sociais: assim, Pierre Guiraud investe em sua descrição da pronúncia popular sua própria relação com o estilo de vida daqueles que ela distingue (ver os adjetivos empregados para caracterizar os "sotaques" que ele distingue: "mole", "debochado", "vadio"; ou ainda os julgamentos de valor que sustentam sua descrição desses sotaques: "esse sotaque à vontade, mole e indolente..."; "o sotaque 'vadio' é aquele do cara que cospe suas palavras pelo canto da boca entre a guimba e a comissura dos lábios"; "essa consistência descuidada, fluida e, nas suas formas mais baixas, indolente e ignóbil" (GUIRAUD, P. *Le français populaire*. Paris, P.U.F., 1965, p. 111-6). Como todas as manifestações do *habitus*, história que se tornou natureza, a pronúncia e, de modo geral, a relação com a linguagem, desembaraço ou insegurança, são, para a percepção ordinária, revelações da pessoa em sua verdade: o racismo de classe encontra, nas *manifestações incorporadas* das condições de existência, a justificação por excelência de sua propensão a *naturalizar* as diferenças sociais. Dito isto, resta que toda análise rigorosa dos sistemas fonológicos característicos das diferentes classes deve levar em consideração, inseparavelmente, os traços da articulação e os traços do *ethos* que se exprimem em toda *héxis* corporal. Os conceitos mais adequados para designar as variantes sociais da pronúncia (ou da maneira de falar etc.) seriam, sem dúvida, aqueles que aprendessem melhor a dimensão do *habitus* de classe que ela manifesta em sua lógica específica (abertura, sonoridade, ritmo etc.).

petite bouche = fazer-se de rogado; *bouche fine*, *bouche pincée* = boca fechada; *levres pincées*, *serrées* = lábios fechados), a distinção e a pretensão (*bouche en coeur* = fazer requebros; *bouche en cul de poule* = fazer bico); de outro, as disposições viris tais como as concebem a representação popular, disposição à violência verbal (*fort en gueule* = ser insolente; *coup de gueule* = gritar; *grande gueule* = *idem*; *engueuler* = brigar) ou à violência física (*casser la gueule* = quebrar a cara; *mon poing sur la gueule* = mandar a mão na cara), o sentido da festa como comilança (*s'en mettre plein la gueule* = encher a cara; *se rincer la gueule* = molhar a goela) ou a franca diversão (*se fendre la gueule* = morrer de rir). Do ponto de vista dos membros das classes dominadas, os valores "cultura e refinamento" são percebidos como femininos; a identificação com a classe dominante, em matéria de linguagem por exemplo, implica a aceitação de uma maneira de utilizar o corpo que aparece como sendo efeminada ("ser afetado", "amaneirado", "fazer requebros", "dengos", "fazer gênero"), como negação dos valores viris. Esse (mais o interesse particular que as mulheres têm na produção simbólica) é um dos fatores que separam os homens das mulheres no que se refere à cultura e ao gosto: as mulheres podem identificar-se à cultura dominante sem romper, tão radicalmente quanto o homem, com sua classe, sem que sua transformação se exponha a ser percebida como uma espécie de mudança de identidade ao mesmo tempo social e sexual.³⁵ A mobilidade é a recompensa da docilidade:³⁶ docilidade numa das dimensões essenciais da identidade social, a relação com o corpo, com a preocupação de afirmar a virilidade na pronúncia e no vocabulário (pelas palavras "grossas" e "cruas", as histórias "licenciosas" e "picantes" etc.) e também em toda *héxis* corporal, o cosmético e a vestimenta, na apresentação de si e a representação das relações com o outro (combatividade, gosto pela briga etc.).³⁷ As oposições através das quais a taxonomia (reconhecida, mas

³⁵ A relação particular que as mulheres têm com tudo o que é cultural contribui, sem dúvida, para que se designe como femininos os refinamentos lingüísticos ou culturais. Deve-se acrescentar a isto a oposição, interna à classe dominante, entre o poder propriamente político e o poder cultural, que participa, por mais de um traço, da oposição entre masculino e feminino.

³⁶ A docilidade para com os dominantes e, também, a deslealdade para com os dominados, renegação dos "seus" e, em particular, dos parentes ("ele é orgulhoso": arrogância e pretensão, distância que se afirma, por exemplo, no fato de *corrigir* o sotaque ou assumir um estilo burguês).

³⁷ O abandono dos valores masculinos é, ao mesmo tempo, o preço da ascensão social e o que favorece a mobilidade. O impulso inicial, o ímpeto original pode ser tanto uma particularidade biológica socialmente qualificada quanto uma particularidade social; isto é, uma propriedade do

como uma inversão de sinal, pelas classes dominadas) pensa a oposição entre as classes são, em seu princípio a saber, a oposição entre a força material, bruta, física e a força espiritual, sublimada, simbólica – bastante congruentes com a taxonomia que organiza as divisões entre os sexos. As qualidades dominantes colocam duplamente em questão a virilidade, pelo fato de que sua aquisição demanda docilidade, disposição imposta à mulher pela divisão sexual do trabalho (e a divisão do trabalho sexual) e de que essa docilidade visa disposições em si mesmas femininas. Os determinismos biológicos e sociais, ou mais exatamente, os determinismos biológicos socialmente reinterpretados e os determinismos sociais propriamente ditos agem sobre as práticas e as representações lingüísticas (ou sexuais) por intermédio da estrutura de oposições homólogas que organizam a representação dos sexos e das classes.

Os usos do corpo, da língua e do tempo têm em comum o fato de serem objetos privilegiados do controle social: não terminaríamos mais de enumerar tudo o que, na educação explícita – sem falar da transmissão prática, mimética – se refere aos usos do corpo ("fique direito", "não mexa nisso" etc.) ou aos usos da linguagem ("diga" ou "não diga"). É por intermédio da disciplina corporal e lingüística (que implica, muitas vezes, uma disciplina temporal) que se opera a incorporação das estruturas objetivas e que as "escolhas" constitutivas de uma relação com o mundo econômico e social são interiorizadas sob a forma de montagens duráveis e subtraídas às tomadas de consciência e, até mesmo, em parte, da vontade (automatismos etc.): a polidez encerra uma política, um reconhecimento prático e imediato das classificações sociais e das hierarquias, entre os sexos, as gerações, as classes etc. Os usos do "você" ou do "senhor", como todas as variações estilísticas ligadas ao grau de tensão objetiva (eufemização das frases interrogativas, por exemplo, supõem o reconhecimento, no duplo sentido, das hierarquias, assim como as maneiras de se comportar corporalmente diante de um superior ou de um

corpo socialmente qualificada (o fato de ser gordo, desajeitado ou fraco) que exclui os papéis masculinos (briga, esportes etc.) e que remete a papéis de submissão dócil, de escapatória, de astúcia aos papéis "femininos" negativamente definidos e, eventualmente, positivos e positivamente escolhidos (profissões de gosto e de cultura) ou uma inclinação socialmente favorecida pelas coisas culturais e intelectuais que suscita as mesmas reações que as particularidades físicas "femininas" e produz um efeito de reforço. Tudo sugere que, nas classes populares, o processo que leva às disposições femininas (de que a pederastia nada mais é do que uma das manifestações), isto é, intelectuais e burguesas, é um fator de ascensão social (o

inferior, condutas consistindo em dar passagem ou em ceder a frente etc.³⁸

Conclusão

Para explicar o discurso é preciso, portanto, voltar-se, em cada caso, em primeiro lugar para o *habitus* lingüístico – capacidade de utilizar as possibilidades oferecidas pela língua e de avaliar praticamente as ocasiões de utilizá-las – que, à tensão objetiva constante, se define por um grau de tensão maior ou menor (correspondendo à experiência de um mercado lingüístico de um grau de tensão determinado), depois o mercado lingüístico, definido por um grau de tensão médio ou, o que dá no mesmo, por um certo nível de aceitabilidade e, finalmente, o interesse expressivo.

Daí resulta que a língua varia segundo o locutor e segundo a relação de produção lingüística, isto é, segundo a estrutura da interação lingüística (no campo de um diálogo, por exemplo) ou segundo a posição do produtor no campo considerado (no caso de uma produção escrita); a variação é a resposta à coação simbólica exercida pela relação de produção e manifestada, no caso de um diálogo, pelos signos visíveis (*héxis* corporal, uso da língua etc.) da relação que o locutor entretém com a língua legítima e, portanto, com a língua produzida pelo locutor. O que se diz é um compromisso (como o sonho) entre o que se gostaria de dizer e o que pode ser dito, compromisso que depende, evidentemente, do que o locutor tem a dizer, de sua capacidade de produção, de apreciação da situação e de eufemização, e ainda da posição que ele ocupa na estrutura do campo onde ele se exprime (e que, no caso do diálogo, pode consistir na estrutura da relação de interação como realização particular de uma relação objetiva entre dois capitais).

Mas a coerção exercida pelo campo depende das relações de força simbólicas que nele se instauram no momento considerado: nas situações de crise, a tensão e as censuras correlativas decrescem; não é por acaso que as

fato de sair das classes populares podendo ser acompanhada de uma mudança de consciência social).

³⁸ Não é, portanto, por acaso que o sistema de ensino cuja concepção se forma sob a Revolução e que encontra sua realização sob a Terceira República se organiza em torno da incu1cação de uma relação com a linguagem (abolição das línguas regionais etc.) de uma relação com o corpo (limpeza, higiene etc.) e de uma relação com o tempo (economia, cálculo econômico etc.).

crises políticas (ou, num outro nível, as crises de interação) são favoráveis à explosão verbal, correlativa a um relaxamento das censuras ordinárias.³⁹ Assim, todas as manifestações lingüísticas situam-se entre o discurso altamente censurado (de que a linguagem filosófica heideggeriana é, sem dúvida, um exemplo externo, pelo fato da imensa distância entre o interesse expressivo e as exigências do campo) com o silêncio no limite (para aqueles que não possuem os meios de eufemizar), e o franco-falar da crise revolucionária ou da festa popular tal como a descreve Bakhtin em seu livro sobre Rabelais. Vemos que é, ao mesmo tempo, verdadeiro e falso reduzir a oposição entre as classes à oposição entre distinção (censura que se tomou natureza) e franco-falar, que ignora os interditos da língua comum, regras da gramática e da polidez e as barreiras hierárquicas (uso do você, dos diminutivos, dos apelidos, dos epítetos injuriosos, das injúrias afetuosas), e que se define pelo "relaxamento da tensão articulatória" (como diz Giraud) e de todas as censuras que as boas maneiras fazem pesar sobre o corpo-tabu, ventre, ânus e sexo, e sobretudo, talvez, sobre a relação com o mundo social que ele permite exprimir, inversão das hierarquias (*cul par dessus tête* = de ponta-cabeça) ou rebaixamento do que é elevado (comida, tripas, merda).⁴⁰

Extraído de: ORTIZ, Renato (org.). 1983. *Bourdieu – Sociologia*. São Paulo: Ática. Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 39. p.156-183.

³⁹ Ver as análises da relação entre o discurso profético e as situações de crise em "Champ religieux". *Revue Française de Sociologie*, 19.

⁴⁰ A censura da linguagem é inseparável da censura do corpo: a domesticação da linguagem que exclui as palavras grosseiras (sabe-se que os elementos "pesados" são, segundo Bakhtin, os componentes inevitáveis da festa popular "terça-feira gorda"), os rotacismos, acompanha a domesticação do corpo que exclui toda manifestação excessiva dos apetites e que submete o corpo a um conjunto de proibições (não colocar os cotovelos em cima da mesa, não fazer barulho ao comer, não fungar).